

Exclusão ou desvio? Sofrimento ou prazer? *

Antônio Nery Filho ¹

Marcos Luciano Messeder ²

[...] a pós-modernidade tem por resultado ter contribuído para atomizar a sociedade, tornando-a num conjunto de individualidades que se contentam em romper, de tempos em tempos, a sua solidão em aggregações efêmeras, por falta da coesão produzida pelas crenças em valores estáveis e comuns. A pós-modernidade não tenta construir o futuro porque está em constante espera do "tempo do fim". (XIBERRAS,1996).

*FREUND, Julien. In: XIBERRAS, Martine.
Prefácio para o livro As Teorias da
Exclusão. Lisboa, 1996.*

Houve um tempo em que a exclusão, sob outras designações, representava uma condição claramente definida: o exílio de Édipo é um bom exemplo, ou o desterro romano, o pária hindu ou o gueto da Idade Média. Em nosso tempo, contudo, o conceito de exclusão ganhou uma dimensão quase topológica, podendo recobrir um campo, às vezes, tão largo quanto impreciso e, outras vezes, extremamente restritivo: idosos, deficientes, inadaptados sociais, jovens em dificuldades, mães solteiras, toxicômanos, analfabetos, loucos

¹ *Trabalho realizado com o apoio do Projeto Nossos Filhos, Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETRADS/Prefeitura Municipal de Salvador (Bahia). Coordenação Técnica: Psicóloga Mirian Gracie Plena Nunes de Oliveira (CETAD/UFBA).*

(particularmente aqueles que cometeram ato delituoso), e tantas outras categorias de população, segundo o termo de René Lenoir. Martine Xiberras refere-se aos “processos de exclusão”, tais como o terrorismo e o integralismo, que excluem uma categoria da população (LENOIR, apud XIBERRAS, 1996).

É necessário considerar, ainda, que a exclusão não se processa exclusivamente no campo do visível. Ocorre também sob formas pouco perceptíveis porque não excluem nem materialmente nem simbolicamente: os excluídos estão simplesmente ausentes ou invisíveis (XIBERRAS, 1996, p.19).

Aqui, procedamos a uma ruptura. Interrompamos – não sem prejuízo – o caminho que nos levaria a considerar a questão da exclusão através da sociologia clássica, retomando a noção de “laço social horizontal”, isto é, “aquilo que liga os homens em conjunto e permite tecer relações de solidariedade”, segundo Durkheim; ou a “interação dos homens entre si”, na perspectiva de Simmel, ou ainda, o laço social numa dimensão vertical, querendo significar a ligação dos homens às “representações coletivas às quais aceitam submeter-se e que constituem, de fato, os valores que lhes são comuns.”

Aproximemo-nos da sociologia do desvio. Quando consideramos o desvio, a questão que se impõe é: o que é a não conformidade? De que norma estamos falando? Em uma sociedade de classes e fragmentada como a nossa, é preciso entender o desvio em relação a contextos específicos, ou mesmo assumir uma outra perspectiva e tomar o que se supõe desviante como parte da estrutura social. Tendo em vista os trabalhos de Becker (BECKER, 1977), buscaremos definir a exclusão social descrevendo certos elementos de contexto da vida de moradores de rua, particularmente de crianças e adolescentes, e tentaremos entender o consumo de substâncias psicoativas nestas circunstâncias e as suas relações com certos fragmentos de discurso que apontam algumas pistas para entender suas representações acerca da dor, do prazer, da transgressão, da violência, da liberdade, do sofrimento e do orgulho da vida na rua.

Muitas pessoas se perguntam o que motiva os indivíduos para a transgressão. Se os cientistas tomam a transgressão como um dado e não questionam o julgamento que se faz dos atos considerados desviantes como parte do processo

de construção da realidade social, ter-se-á que assumir a idéia de atos desviantes em si mesmos, e não conformados por uma certa lógica sociocultural. Por outro lado, a transgressão pode atender a uma necessidade de ordem subjetiva, no sentido da construção da identidade do sujeito tal como observamos na adolescência, plena de atos ordálicos que circunscrevem os diversos ritos de passagem da infância para a vida adulta.

Uma visão estatística da questão leva a um reducionismo radi- cal, ou seja, seria desvio todo comportamento que se distancia largamente da média dos comportamentos aceitos. Temos, nesse caso, um simplismo primário: a média seria a normalidade inques- tionável. Isso supõe, de imediato, que a sociedade é um todo homogêneo, composta de maneira igualitária e não um conjunto heterogêneo de grupos com visões distintas da realidade.

Outra perspectiva, tão homogeneizante quanto esta primeira, é o modelo patológico do desvio. Desse ponto de vista, tudo que afeta o bom funcionamento do “organismo” social é necessariamente uma patologia, que precisa ser sanada com aplicação de remédios eficazes. No plano social, a aplicação mecânica de uma metáfora organicista resulta limitada. Contudo, não é incomum ouvirmos discursos assépticos em relação à sociedade, como se ela fosse um corpo sempre ameaçado por desordens internas. Becker explicita os limites de ambas as visões:

A metáfora médica limita tanto o que podemos ver quanto a visão estatística. Ela aceita o julgamento leigo de alguma coisa como desviante e, pelo uso da analogia, localiza sua fonte dentro do indivíduo, impedindo-nos de ver o próprio julgamento como uma parte crucial do fenômeno (BECKER, 1977, p. 58).

O que se propõe é um entendimento relacional do problema do desvio, o qual se organiza a partir da instituição de uma certa ordem. A não conformidade a essa ordem pode assumir diversos tipos de contornos, entretanto, o mais importante para estabelecer o com- portamento desviante é o reconhecimento social da transgressão:

[...] os grupos sociais criam o desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma

conseqüência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um “transgressor”. O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal (BECKER).

A perspectiva que aí se esboça encaminha a análise para outros aspectos importantes no processo de rotulação e marginalização de indivíduos e grupos. O principal desses aspectos diz respeito à compreensão da sociedade contemporânea como um todo complexo, no qual as interações se realizam a partir de vários tipos de clivagens: de classe, de raça, de gênero e outras. Dessa forma, a classificação de uma transgressão depende do ponto de vista dos atores envolvidos na transação. A posição de marginal pode ser ocupada pelos produtores das regras. Em outras palavras, trata-se de não reconhecer legitimidade nas regras impostas por certos grupos a outros. A imposição de regras e a sua obediência depende, portanto, de relações de poder no seio da sociedade e são, necessariamente, objeto de conflito e rupturas entre grupos sociais.

Para os nossos propósitos, é interessante assinalar a disposição de Becker em estudar o desvio a partir de um modelo que procura entendê-lo em relação a um conjunto de variáveis que se desenvolvem no tempo, ele busca então organizar uma explicação cujo instrumento fundamental é o acompanhamento da trajetória dos indivíduos. Ele mostra como pode haver casos de desvio não intencional, quando pessoas pertencentes a certas subculturas da sociedade ignoram o comportamento adequado em determinada situação. Ressalta que, muitas vezes, a questão que se põe, mesmo em relação a esse tipo de comportamento não intencional, é a motivação do sujeito ao desvio.

Sua posição contesta o princípio teórico, tanto sociológico quanto psicológico, segundo o qual certos indivíduos em função de determinadas condições sociais ou subjetivas tenham, mais que outros, impulsos para cometer atos desviantes. Para nosso autor, o mais provável é que a maioria das pessoas “experimente impulsos desviantes.” A questão seria saber porque muitas pessoas asseguram sobre si o controle. Tal controle se assenta no processo através do qual os indivíduos vão construindo compromissos com a sociedade. Contudo, impõe-se-nos pensar aqui na introjeção da lei, tal como nos

ensina a psicanálise, quando evidencia, na castração, a interdição: com esta mulher (ou este homem) não dormirás.

Para Becker, uma etapa fundamental na consolidação de um comportamento desviante é a experiência pública da transgressão, ou seja, ser flagrado em ato desviante. Tal situação tem conseqüências para a vida social e para a auto-imagem do sujeito. Estigmatizado, marcado, o sujeito passa a carregar o fardo da identidade de marginal, que, aos poucos, vai se construindo. Associa-se ao seu comportamento um conjunto de sinais que passam a estabelecer o status do sujeito, articulando, assim, um conjunto de mecanismos capazes de fazer o sujeito encarnar a identidade que lhe foi atribuída de maneira radical e profunda. O corolário dessa trajetória será a incorporação a um grupo organizado de desviantes.

Estas considerações são interessantes para pensarmos de maneira mais relativizada a noção de desvio e entendermos a marginalização como um processo socialmente construído. Este modelo trata o problema de uma perspectiva interacionista, enfatizando o processo de construção do lugar do transgressor. Becker trabalha com a existência de certos segmentos na sociedade de cujo status principal³ reforça as possibilidades de reconhecimento do desvio e conduz a uma marginalização crescente. Tais segmentos são entendidos hoje como socialmente excluídos, ou seja, encontram-se em uma situação de ruptura de vínculos com a sociedade. De fato, trata-se de pessoas que vivem na rua, sujeitos que não portam documentos, não têm ocupação definida, na sua maioria são analfabetos, não têm acesso à saúde, se alimentam de restos, comem lixo, recebem doações ou, às vezes, roubam, mais freqüentemente para comprar drogas do que para comprar comida. De tão precária, a existência física torna-se prescindível, já que há mais, muito mais esforço para as necessidades da alma.

[...] Fleury chama a atenção para a importância da dimensão simbólica do processo de exclusão e assinala que a política urbana e os meios de comunicação desempenham um papel central na criação e difusão de normas excludentes. Sustenta que a transformação urbanística e arquitetônica das grandes cidades, com a privatização dos espaços públicos e a criação de templos de consumo nos quais é vedada a circulação de grupos específicos, é uma expressão institucional da exclusão. Da mesma forma, ao negar espaço

para a presença de determinados grupos sociais em seu cotidiano, ou ao limitar a sua aparição a situações associadas à violência, os meios de comunicação se transformam em poderosos instrumentos de extermínio simbólico de grupos inteiros da população (negros, indígenas ou apenas pobres). (ABRAMOVAY et al. 1996, p.20)

Andemos agora pelo centro da cidade de São Salvador da Bahia (Brasil). Uma cidade turística, cada vez mais encantadora, com os cuidados públicos que recebe para tornar-se agradável aos que chegam e aos seus moradores de classe média.

A experiência do projeto, denominado Consultório de Rua, inspirou-se em atividade desenvolvida em uma praça central e histórica de Salvador (Praça da Piedade), entre os anos 1989 e 1991 e foi retomado em 1999, graças à parceria estabelecida entre o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD, da Faculdade de Medicina da UFBA, e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETRADS, da Prefeitura Municipal de Salvador (NERY FILHO, 1993). Fundamentalmente, consiste em realizar atendimento às crianças e adolescentes que vivem na rua e são consumidores de droga. Uma equipe interdisciplinar composta de psicólogos, psiquiatras, antropólogos, educadores e estudantes de medicina se instala durante a noite, em determinadas áreas da cidade, buscando conhecer esse universo social e tentar conectá-lo. As dificuldades se acumulam: desconfianças, incompatibilidades entre os diferentes discursos técnicos, as práticas e o entendimento que eles têm de nós. A política de ruas limpas implica também assepsia social. Policiais e prepostos do Juizado de Menores “arrastam” a “sujeira social” da cidade para debaixo do tapete das instituições de recolhimento. É a tecnologia da concepção patológica da sociedade, apontada acima, em sua realização mais pura. É comum, à noite, um carro aparecer no centro com policiais à paisana e obrigar os moradores de rua a seguirem com eles para a “Casa de Passagem”. O lugar é retirado, às margens do acesso norte da cidade, um local sujo, segundo os relatos que coletamos, onde se recolhem mendigos, doentes mentais e físicos ou qualquer um que polua as ruas da cidade.

Na praça do Relógio de São Pedro, ponto central da cidade, concentram-se vários adolescentes e outros moradores de rua. O Consultório de Rua

atua ali todas as segundas-feiras. A praça conta com um módulo policial e é cercada de várias lojas. Durante a noite, idosos, adultos, adolescentes e crianças aguardam a chegada de carros que distribuem comida. Várias das pessoas mais velhas possuem casas na periferia da cidade e para elas retornam. Adolescentes e adultos, todos consumidores de drogas, são efetivamente moradores de rua e esperam o esvaziamento do centro para estabelecerem o local de dormida. Antes, as marquises das lojas não tinham grades, hoje, estão cercadas. Sobram então as ruas pequenas, escondidas, invisíveis para turistas ou transeuntes, em geral. Os relatos falam de um sono vigilante, pois qualquer vacilo pode resultar em agressões da parte de consumidores de crack que, levados pela fissura da droga, roubam ou agridem gratuitamente. A angústia, o medo e sobretudo o sentimento persecutório que assalta o consumidor de crack é apelidado “saci”⁴ e o usuário de “sacizeiro”. Dormir é um perigo. Todos contam suas histórias através das cicatrizes que trazem no corpo. O corpo é o mapa da história, como podemos perceber nos fragmentos de vida que apresentamos a seguir:

Martim⁵ tem hoje dezenove anos, mora há dez anos na rua. Segundo ele, sua mãe mora em um bairro periférico da cidade. Saiu de casa porque dentro dela só havia a mãe e o vazio da falta de tudo. Na rua há a riqueza, tudo pode lhe pertencer já que nada lhe pertence, só seu próprio corpo. Conta-nos que traz na cabeça a marca de um atropelamento quando era ainda uma criança: estava cheirando cola em uma casa abandonada no centro, com colegas de uma “barrera”⁶, saiu entorpecido da casa, atravessou a rua e só acordou no hospital. Sua cabeça revela outras cicatrizes, resultados de brigas com desafetos. Geralmente, os conflitos resultam do roubo de drogas. À noite, quando se está dormindo, o “inimigo” ataca, desfere uma garrafada ou fura com uma faca; há também a possibilidade de se ter o papelão usado para dormir, incendiado. Além desses conflitos, as prisões pela polícia são responsáveis por outras tantas marcas. Martim está sempre com uma lata de refrigerante dentro da camisa, próxima ao peito; dentro dela fica o “combustível” de sua existência, a cola, que ele cheira constantemente. Perguntado sobre o “barato” (na gíria, experiência de prazer), da cola, Martim responde que lhe faz flutuar. Em uma das nossas conversas discutimos os prejuízos da

cola ao corpo, obviamente ele ouvia com contrariedade, argumentando sobre a impossibilidade de evitá-la, substituindo-a por maconha: a desvantagem é que a maconha provoca fome e a cola evita ou engana a fome. Martim não pára de cheirar e quando não consegue a substância, rouba de outros consumidores. Recentemente, roubou a lata de uma adolescente cujo companheiro estava por perto. A jovem juntou um arsenal de pedras da calçada que estava em reforma e municiou o companheiro para alvejá-lo. Quando o conhecemos, tinha vários pontos de sutura na cabeça, resultado de uma garrafada: foi agredido por negar um pouco de cachaça a um companheiro de rua; chegou a comentar certa vez que “a vida na rua é a morte”.

Um outro rapaz, a quem chamaremos Léo, conversa constantemente conosco. Nasceu em uma cidade do interior da Bahia; tem aproximadamente 20 anos. Faz algum tempo, veio morar em Salvador, vive na rua. Perdeu os documentos, inclusive a certidão de nascimento. Sempre nos procura pedindo ajuda para obtê-los e arranjar emprego. Nunca busca efetivamente o serviço para o qual lhe encaminhamos. Em vários momentos, lhe ouvimos dizer o seguinte sobre a sua vida: “Sou como uma folha seca que o vento carrega”. É um usuário contumaz de maconha, muito calmo e tranquilo, nunca o vimos envolvido em confusão. Segue sempre o movimento do “vento” que o carrega. Em uma ocasião, falávamos da prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e da necessidade do uso do preservativo. Sua posição era que “o destino é o responsável pelos acontecimentos[...] se tiver que pegar, a doença vai pegar”. Suas atitudes e opiniões observadas nas situações aqui relatadas, embora sejam fragmentos e não possamos tomá-las como sentidos absolutos da sua existência, senão com as devidas reservas, parecem indicar uma visão de mundo marcada pelo fatalismo e pela impotência. As falas sustentam uma postura auto-justificadora, como evidenciaram os autores citados páginas atrás.

A construção de uma trajetória de excluído/desviante contém, obviamente, elementos da estrutura social e da subjetividade dos sujeitos. É o encontro no limbo social entre a condenação ao ócio da sociedade e a assunção da experiência “vagabunda”. Um perambular no mundo que permite a liberdade e a sua condenação constante pelos estigmas. Mas para os sujeitos, o

movimento é de uma temporalidade do presente, sem oposições entre trabalho e lazer, pois tudo se passa num plano diferente do modelo normal de existência. A vida é a fruição de um prazer condenado pela sociedade, mas de que prazer se fala? Não sabemos, pois o nosso modelo dominante não alcança o sentido assumido por esse mundo das “sombrias”, daqueles que habitam as franjas da cidade, comem as sobras e vivem a cobrar do mundo “certo” a sua parte no quinhão da prosperidade, fazendo do pedir ou do tomar um lugar de inclusão. As pessoas sempre nos perguntam, no Consultório de Rua, porque não damos comida, remédios e roupas. Há uma certa incorporação do papel de vítima cujo destino não foi escolhido; a caridade, portanto, é uma obrigação social, resultante do destino que agraciou as pessoas “normais” com possibilidades de possuir bens que chegam aos excluídos pela doação ou pelo roubo.

Por outro lado, conforme observa Grompone (1988) (apud ABRAMOVAY, 1922), “[...] em muitos casos, os grupos excluídos lutam para administrar sua própria identidade, interiorizando os estigmas com os quais são desqualificados e transformando-os em um emblema ou um mecanismo de identificação”.

Donatelo, outro jovem morador de rua, conta-nos que seus pais têm casa, são separados, têm emprego e uma vida de pobres dignos. Ele escolheu viver na rua e deseja, na verdade, um dia “ser barão”.⁷ Relata que chegou a usar cocaína injetável entre os 12 e

14 anos de idade. Hoje prefere o crack e a Canabis. Já tem três filhos na rua com a mesma mulher. Seu olho direito foi perfurado quando tinha ainda dois anos de idade, num acidente provocado por seu irmão; o olho perfurado e o apelido de “Galo Cego” o ferem profundamente. As cicatrizes também se espalham pelo resto do seu corpo, resultantes de garrafadas, facadas e “porrada” da polícia (espancamento); são inscrições que a sua vida registra. No nosso primeiro encontro, estava machucado porque foi espancado por policiais após abordar uma mulher pela manhã e pedir-lhe dinheiro para o café; seu “pedido” foi tão violento que assustou a mulher. Relatou o episódio assegurando que alguém haverá de pagar o maltrato recebido, “o primeiro otário que encontrar”. Já nos disse também como aborda jovens de classe média para confiscar seus bonés. “Você vai colocar na

minha cabeça ou quer que eu tome?!” Assim se movimenta o mundo da falta e da posse. Sua definição para o barato do crack é significativa. “A viagem do crack é o medo; quando se fuma, sente-se a aproximação dos inimigos, da polícia, acho que o barato é esse medo”. Em São Paulo, os consumidores de crack são chamados de “nóia”, corruptela originada no termo paranóia, da psiquiatria. Seria a origem desse apelido o barato do medo? A fissura constante pelos próprios fantasmas?

O movimento entre a falta e a posse é de tal maneira marcante na vida das pessoas moradoras de rua que o usufruto de alguma disponibilidade de recursos pode ser exercido com o máximo de exagero. Um rapaz nos contou que amargou um ano e meio de cadeia por assalto à mão armada. Ele e mais três companheiros abordaram o funcionário de uma empresa que levava o pagamento dos empregados. O funcionário reagiu e acabou baleado. Coube a cada um oito mil reais. Ele mobiliou a casa da mãe e comprou também eletrodomésticos. Em uma noite de farra, chegou a gastar quinhentos reais. Antes de ser preso já estava endividado e teve que vender o que havia comprado para a mãe, de forma a saldar as dívidas. Previdência não é a tônica da vida de quem vive o presente.

Certo dia, chega até nós Lia, uma jovem de 19 anos. Mora na rua e é consumidora de crack. Para sobreviver, atua como prostituta nas ruas da Cidade Baixa. Ela se aproxima meio eufórica, com um boné-peruca “rasta”⁸ na cabeça, diz que quer mudar de vida, quer aprender a ler, “quer ser alguém, ser gente”. “A vida aqui não tem futuro, não há o que fazer, não tem distração e aí, daqui a pouco alguém chama para fumar uma pedra e depois acabou e tem que arrumar mais”.

A fala de Lia tem duas faces: a do presente sem alternativa e a do futuro de “ser gente”, que se apresenta como uma possibilidade remota. Ela própria, durante a conversa, tenta acreditar no seu desejo de mudança, depois de muito falar em transformação, começa a chorar. Não só Lia, como vários outros jovens que nos procuram falam de uma necessária mudança, de uma outra vida. Certa experiência de pesquisa nos ensina a fazer a diferença entre a imagem pública e a dos bastidores. Os discursos expressam uma sinceridade real, que se defronta com um certo prazer de viver a dor da vítima que aparnha, mas

também bate. “Pão Dormido”, um colega de Martim, apelidado por um outro morador de rua como sendo o seu “cão pitbull”, gosta bastante de brigar. Seu olhar traduz encrenca com perfeita expressão. No nosso último encontro, estava com o olho roxo e inchado. Contou com detalhes como havia sido atingido, falou com certo gozo do murro que recebeu, mas que gostaria também de dar. Nessa realidade de exclusão, a possibilidade de cidadania dos moradores de rua é uma inclusão forçada, inclusão e cidadania que nesse mundo pós-moderno se faz pelo consumo, nem que seja do próprio corpo.

Para concluir, lembremo-nos do dia em que estivemos sentados ao lado de uma criança, um menino de 10 anos, aproximadamente, de roupas muito sujas e rasgadas. Segurava, quase carinhosamente, um saco plástico contendo cola de sapateiro. Ele o cheirava, enfiando a cara dentro, quase como se fosse uma máscara. Interrompia o gesto por alguns instantes, e recomeçava. Pouco a pouco, um grande sorriso tomou conta de todo seu rosto. Nós, próximos dele, não existíamos. Ele estava lá, com aquilo que parecia ser um saco de cola. “Parecia”, porque o mantinha bem apertado pelo meio e desenhando um seio. Ele não o cheirava mais, chupava-o, beijava-o e passava-o pelo corpo, sorrindo. A noite caía, rapidamente. As pessoas passavam apressadas; ninguém se interessava pelo menino e seu sorriso. Nosso silêncio se impunha. Outros “personagens da rua” chegaram à praça; um deles tomou o saco e dividiu o conteúdo com todos. Nosso menino permanecia lá, um sorriso nos lábios, um enigma para nós. Em todo caso, dormia quando deixamos a praça.

Notas

¹ Psiquiatra. Professor da Faculdade de Medicina da UFBA. Coordenador Geral do CETAD/UFBA.

² Antropólogo. Professor de Antropologia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Pesquisador Associado do CETAD/UFBA.

³ Becker utiliza uma definição de Hughes, Everett C., (apud BECKER, op. cit., p.79). O status principal é aquele que define a identidade profissional do sujeito. Hughes fala que a sociedade comumente associa a identidade profissional a certas características, como ser médico, branco e do sexo masculino ou, por outro lado, ser mendigo e negro. Essas características associadas ajudam a definir os chamados status auxiliares. No nosso caso, ser negro e assaltante só

faz reforçar as idéias estereotipadas que constituem a base do julgamento soci-al.

⁴ *O Saci é um personagem da mitologia brasileira, representado por um negrinho de uma só perna, portando um gorro vermelho e um cachimbo; dedica-se a assustar as pessoas, pregando-lhes peças.*

⁵ *Todos os nomes apresentados neste trabalho são fictícios.*

⁶ *A “barrera” é um grupo de crianças e adolescentes que se organiza em uma determinada área da cidade, define um sentido de territorialidade e de vínculos de solidariedade entre seus membros.*

⁷ *“Barão”, na gíria local, sugere sucesso, riqueza e poder.*

⁸ *“Rasta”, de Rastafari: cabeleira típica, no Brasil, dos negros e muito comum na Bahia; consiste em trançar, cuidadosa e definitivamente, todo o cabelo. Estas tranças são geralmente muito longas.*

Referências

ABRAMOVAY, M. Gangues, galeras, chegados e rappers: *juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

BECKER, Howard. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

RODRIGUES, L.B. De pivetes e meninos de rua: *um estudo sobre o Projeto Axé e os significados da infância*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 1999.

XIBERRAS, Martine. As teorias da exclusão. *Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.